



RELATÓRIO
GRUPO DE TRABALHO
PARTICIPAÇÃO CIDADÃ E OS
TRIBUNAIS DE CONTAS
PROJETO REDE CÍVICA

2024



I. Título da Ação

Ação n. 4: Implementação de medidas para incremento do relacionamento dos Tribunais de Contas com a participação cidadã, inclusive com possibilidade de co-criação do projeto “Arenas Colaborativas”.

II. Abrangência

Nacional.

III. Forma de Cooperação

Compartilhamento de metodologias, processos de trabalho e tecnologias na temática de participação cidadã pelos Tribunais de Contas participantes do GT.

Execução conjunta do teste piloto da plataforma eletrônica do Projeto Rede Cívica.

IV. Coordenadores

TCE-PR (Ricardo Alpendre), TCU (Luiz Gustavo Gomes Andrioli e Guilherme Yadoya de Souza).

V. Tribunais de Contas Participantes

- Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE)
- Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES)
- Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)
- Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE-MA)
- Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG)
- Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (TCE-MS)
- Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB)
- Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE)
- Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR)
- Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE-RN)
- Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO)
- Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS)
- Tribunal de Contas do Estado de Sergipe (TCE-SE)
- Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia (TCM-BA)



- Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCM-GO)
- Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM-PA)
- Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCM-SP)
- Tribunal de Contas da União (TCU)



VI. Justificativa e Objetivo do Trabalho

Ao longo do ano de 2024, o GT se dedicou ao compartilhamento de novos mecanismos e disseminação de boas práticas em participação cidadã no contexto dos tribunais de contas, bem como ao desenvolvimento do projeto piloto da Rede Cívica.

O projeto Rede Cívica se propõe a instituir um novo modelo de atuação, colaborativo e em rede, com a intenção de promover um acompanhamento contínuo dos recursos direcionados às políticas públicas brasileiras, contemplando a participação cidadã.

A iniciativa busca desenvolver redes colaborativas, integrada por diversas partes interessadas, tais como conselhos de políticas públicas, usuários dos serviços públicos, sociedade civil organizada, gestores, servidores, órgãos de controle, academia, especialistas, imprensa, entre outros, com o objetivo de aprimorar o controle e o acompanhamento da execução das políticas públicas.

A partir dessa nova forma de fiscalização e controle, os tribunais de contas fornecem, por meio de um sistema informatizado, alertas de potenciais inconsistências nas políticas públicas - inicialmente da educação e da saúde - às partes interessadas, as quais, por sua vez, podem participar ativamente da validação, análise, e principalmente correção de alertas de potenciais problemas, evitando que eles se materializem.

VII. Cronograma

Os trabalhos do GT foram iniciados em março de 2024, e se estenderam até outubro de 2024. Nesse período, foram realizadas vinte e uma (21) reuniões virtuais entre os membros do GT.

O cronograma resumido dos trabalhos foi o seguinte:



VIII. Breve Descrição das Atividades Realizadas

Ao longo do exercício de 2024, foram realizadas diversas atividades pelos integrantes do GT, com o objetivo de disseminar boas práticas em participação cidadã, e especialmente desenvolver e executar o teste piloto do Projeto Rede Cívica.

As atividades do teste piloto envolveram a elaboração do protótipo do sistema informatizado, a definição dos alertas de potenciais irregularidades, a elaboração do roteiro de verificação dos alertas pelos participantes, a escolha e o engajamento dos participantes, bem como as atividades de treinamento, orientação e acompanhamento dos participantes durante todo o período de realização do teste piloto.

Nessa primeira fase do teste piloto foram selecionados alertas de potenciais impropriedades em duas áreas: saúde e alimentação escolar. Na área da saúde foram desenvolvidos alertas relacionados aos recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS). Na área de alimentação escolar, foram desenvolvidos alertas relacionados aos repasses do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Os alertas utilizados no teste piloto foram os seguintes:

Saúde: (i) atraso ou não entrega do Relatório Anual de Gestão (RAG); (ii) transferências de recursos da conta específica para outras contas do ente municipal; e (iii) pagamento a empresas com dados cadastrais atípicos.

Alimentação Escolar: (i) transferência de recursos da conta específica do PNAE para outras contas do ente público; (ii) pagamentos a empresas de setores não relacionados à alimentação; e (iii) pagamento a pessoa física superior ao limite a ser contratado com agricultor familiar individual, por exercício.



Cada Tribunal de Contas participante do GT selecionou de 1 a 5 municípios em sua área de jurisdição para participar do teste piloto. Foram então convidados a participar do teste piloto gestores, controladores internos e conselheiros de saúde e de alimentação escolar dos municípios selecionados.

Participaram do teste piloto os seguintes tribunais de contas: TCE-ES, TCE-MA, TCE-MG, TCE-MS, TCE-PB, TCE-PE, TCE-PR, TCE-RS, TCM-BA, TCM-GO, TCM-PA e TCU.

Os integrantes do GT realizaram contatos presenciais, telefônicos, bem como reuniões virtuais, de modo tanto individual, quanto conjunto, com o objetivo de apresentar o projeto, bem como orientar os participantes durante a realização do teste piloto.

IX. Resultados Alcançados e Produtos Entregues

O teste piloto do projeto Rede Cívica foi realizado em 72 municípios, distribuídos em 15 estados da Federação (indicados no mapa abaixo), contemplando a participação de 197 atores municipais, dentre gestores, controladores internos, conselheiros municipais de saúde (CMS) e conselheiros municipais de alimentação escolar (CAE).



Foi desenvolvido o protótipo do sistema informatizado da Rede Cívica, por meio do qual foram fornecidos os alertas aos participantes, bem como as orientações dos procedimentos de verificação para cada alerta. Ao final, os participantes registravam na plataforma eletrônica sua manifestação em relação a cada um dos alertas analisados.

Abaixo algumas telas exemplificativas do sistema desenvolvido para o teste piloto:



Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)
Transferência do Fundo Nacional de Saúde (Fundo a Fundo)
2023

Alertas

Código	Ente Federativo	UF	Tipo	Data do Alerta	Valor Total	Programa	Alerta	Detalhes do Alerta
AL 00165			Municipal	09/07/2024	R\$ 1.750,00	FNS	TP 06 - Pagamentos a empresas abertas recentemente	?
AL 00204			Municipal	09/07/2024	R\$ 4.560,00	FNS	TP 06 - Pagamentos a empresas abertas recentemente	?
AL 00919			Municipal	09/07/2024	R\$ 71.900,33	FNS	TP 09 - Pagamentos a empresas com histórico de sanções	?
AL 00921			Municipal	09/07/2024	R\$ 10.868,00	FNS	TP 09 - Pagamentos a empresas com histórico de sanções	?
AL 01153			Municipal	17/07/2024	R\$ 52.441,16	FNS	TP 04 - Transferência de recursos da conta específica para outras contas do mesmo Ente Federativo	?
AL 01154			Municipal	17/07/2024	R\$ 78.927,52	FNS	TP 04 - Transferência de recursos da conta específica para outras contas do mesmo Ente Federativo	?
AL 01155			Municipal	17/07/2024	R\$ 77.691,43	FNS	TP 04 - Transferência de recursos da conta específica para outras contas do mesmo Ente Federativo	?



Por meio do sistema informatizado da Rede Cívica, foram distribuídos um total de 307 alertas de potenciais impropriedades aos participantes.

O período de execução do teste piloto pelos participantes durou cerca de 45 dias, no período de julho e agosto de 2024.

O sistema apresentava detalhes (informações) de cada um dos alertas, bem como sugestão de procedimento de verificação de cada alerta. Ao final, o participante oferecia uma manifestação sobre a análise realizada, por meio de perguntas estruturadas específicas para cada alerta.

Os dados de acesso ao sistema informatizado da Rede Cívica pelos participantes foi o seguinte:



PARTICIPANTE	PARTICIPANTES CONVIDADOS	PARTICIPANTES QUE ACESSARAM O SISTEMA	PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO
CONSELHEIRO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	49	29	59,18 %
CONSELHEIRO DA SAÚDE	27	23	85,18 %
GESTOR DA EDUCAÇÃO (ALIMENTAÇÃO ESCOLAR)	49	32	65,31 %
GESTOR DA SAÚDE	27	24	88,89 %
CONTROLADORES INTERNOS	45	36	80,00 %

Foram distribuídos aos participantes, por meio do sistema informatizado da Rede Cívica, um total de 141 alertas na área de educação (alimentação escolar), e de 166 alertas na área da saúde, totalizando 307 alertas no escopo do teste piloto.

Durante o período de execução do teste piloto, os gestores municipais participantes verificaram e ofereceram manifestação sobre 229 alertas no sistema, resultando em cerca de 75% dos alertas analisados pelos gestores no período de teste.

Por sua vez, os conselheiros de saúde e de alimentação escolar analisaram e ofereceram manifestação em relação a 205 alertas, um total de cerca de 67% dos alertas analisados pelos conselheiros durante o piloto.

Os controladores internos municipais, devido ao relevante papel desempenhado no acompanhamento da gestão municipal, receberam perfil para visualização das informações no sistema em relação ao respectivo município, a fim de atuarem no acompanhamento e na orientação aos gestores e conselheiros durante a realização do teste piloto.

O quantitativo de alertas disponibilizados e de alertas analisados pelos participantes encontra-se resumido no quadro abaixo:

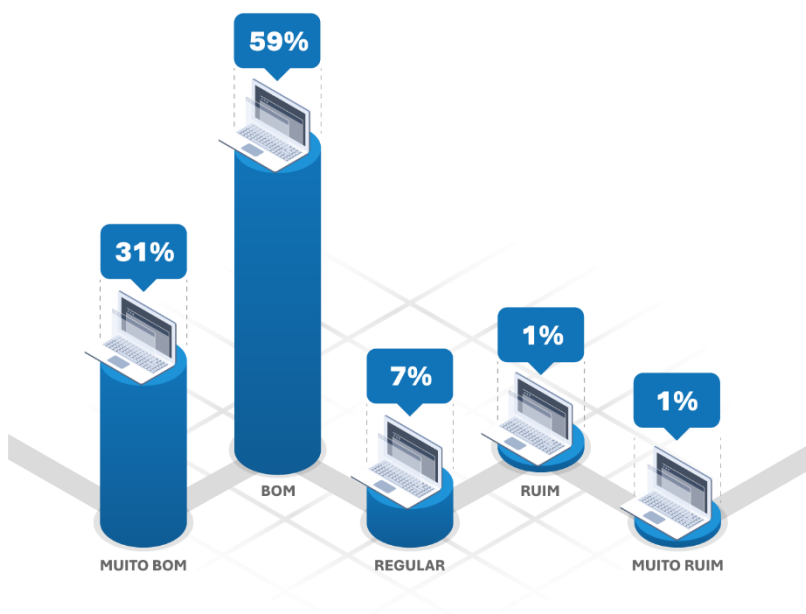


PARTICIPANTE	TOTAL DE ALERTAS DISPONIBILIZADOS	ALERTAS ANALISADOS	PERCENTUAL DE ALERTAS ANALISADOS
GESTOR DA EDUCAÇÃO (ALIMENTAÇÃO ESCOLAR)	141	91	64,54%
CONSELHEIRO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	141	72	51,06%
GESTOR DA SAÚDE	166	138	83,13%
CONSELHEIRO DA SAÚDE	166	133	80,12%

Ao final do período de realização do teste piloto, os participantes receberam um questionário eletrônico para avaliação do projeto. A avaliação foi realizada de forma anônima, sem a necessidade de identificação.

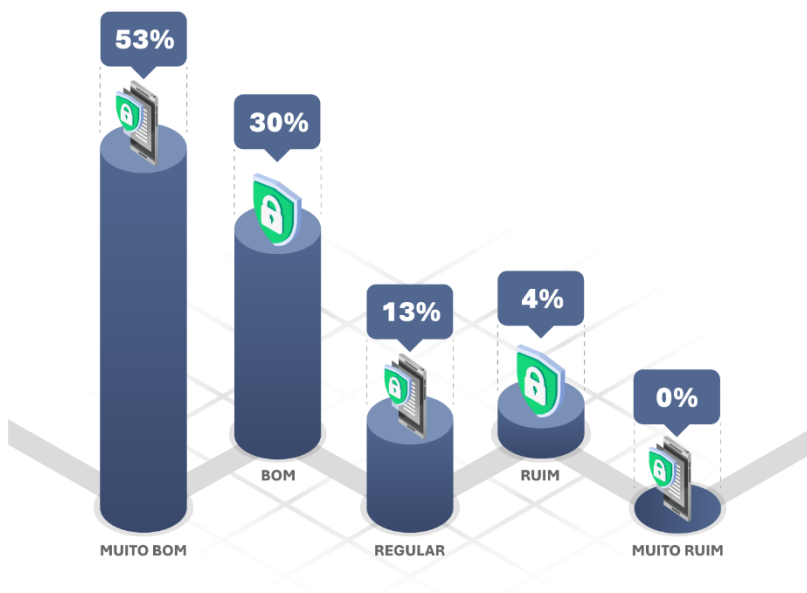
Foram recebidas 73 respostas ao questionário de avaliação, cerca de 37% dos participantes. Os principais pontos da avaliação realizada pelos participantes constam dos gráficos a seguir:

FACILIDADE DE USO DO SISTEMA

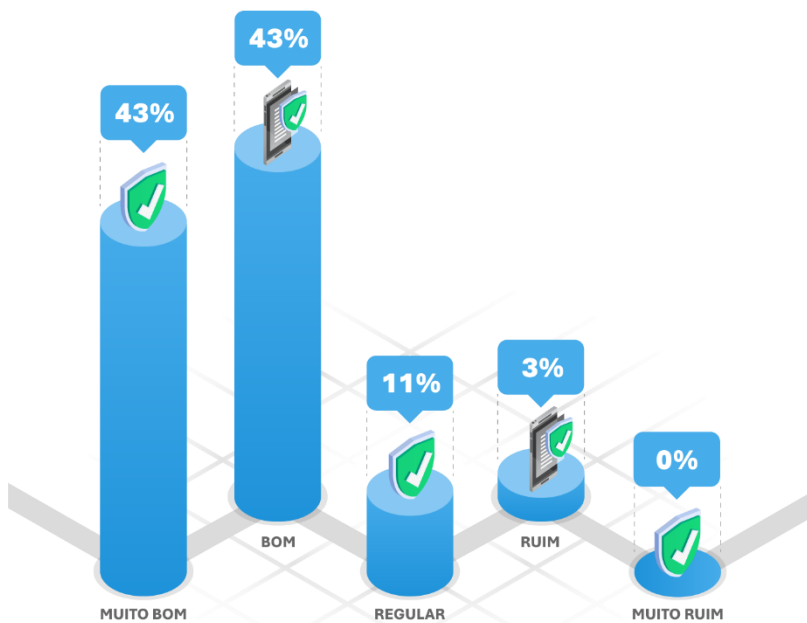




UTILIDADE DOS ALERTAS PARA PREVENIR IMPROPRIEDADES

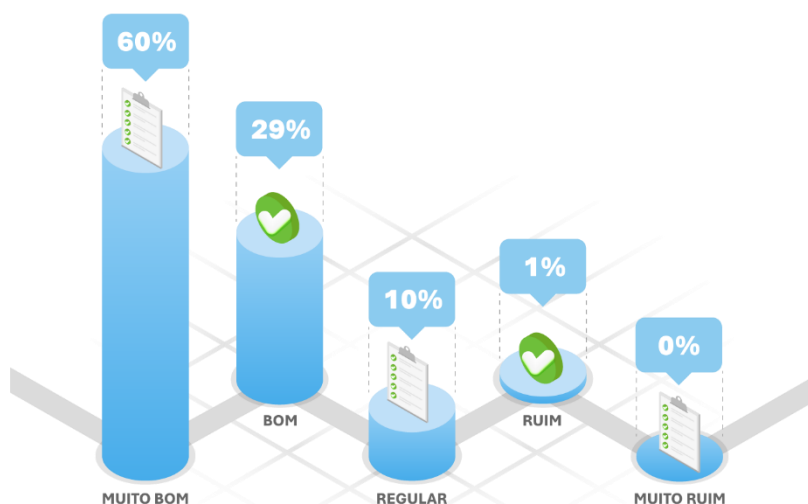


UTILIDADES DOS ALERTAS PARA CORRIGIR IMPROPRIEDADES





BENEFÍCIOS DOS ALERTAS PARA A SUA ATUAÇÃO



O Projeto Rede Cívica, implementado em caráter piloto em 2024, alcançou resultados expressivos, demonstrando sua eficácia como ferramenta de fiscalização colaborativa. Ao envolver 197 participantes de 72 municípios distribuídos em 15 estados, a iniciativa mostrou seu potencial para promover maior transparência e participação cidadã no acompanhamento das políticas públicas. Durante o piloto, foram gerados 307 alertas de potenciais irregularidades nas áreas de saúde e alimentação escolar, dos quais uma significativa parcela foi analisada, com cerca de 75% dos alertas revisados pelos gestores municipais e 67% pelos conselheiros.

A experiência acumulada em 2024 evidencia não apenas o sucesso do modelo, mas também aponta para importantes oportunidades de aprimoramento e ampliação. A continuidade do projeto em 2025 permitiria a evolução da plataforma informatizada, incorporando feedbacks e aumentando sua abrangência para novas áreas e municípios. Além disso, fortaleceria as redes colaborativas estabelecidas entre os Tribunais de Contas, gestores públicos e a sociedade civil, consolidando a participação cidadã como um pilar fundamental do controle social.

Dessa forma, a recomendação para 2025 é a continuidade e expansão do projeto, visando não apenas a melhoria contínua da ferramenta, mas também a ampliação de seu impacto. O projeto tem potencial para contribuir significativamente com a governança pública, promovendo um acompanhamento mais efetivo das políticas públicas e prevenindo irregularidades de forma proativa. A consolidação dessa iniciativa representa um passo importante para fortalecer a transparência, a eficiência e a participação cidadã na gestão pública brasileira.